

Paulo A. Silva
Professor José Manuel Mendonça
Gestão da Inovação
25 de Junho de 2011

Inovação aberta: quão aberta com patentes

Inovação aberta é um paradigma que assume que as empresas podem e devem usar ideias/caminhos internos e externos tendo em vista a progressão tecnológica e a sua projecção no mercado. Por seu lado as patentes permitem a divulgação pública de uma invenção, garantindo aos inventores ou mandatários um monopólio legal. Podemos usar as palavras "aberto" e "monopólio" juntas, quando se fala em conhecimento?

Quando, em 1597 Sir Francis Bacon, crítico do desenvolvimento histórico do método científico, reconhecia que “conhecimento é poder”, já muito havia sido feito para proteger este bem valioso. Em 500 A.C., na Grécia, reconhece-se a primeira forma de patente, que garantia a atribuição dos lucros ao inventor pelo período de um ano, mas só em 1474 as patentes assumiram a forma moderna que lhes reconhecemos quando, na República de Veneza, foi promulgado um decreto que instituiu que novos inventos, uma vez postos em prática, deveriam ser comunicados à República afim de prevenir outros de os usarem.

Olhe-se para Portugal com olhos de quem quer ver, afim de se perceber um indicador quantitativo de inovação, se algum houver.

Somos, empresarialmente, 99,7% PME (Pequenas e Médias Empresas) que geram 72,5% do emprego, algumas centenárias e de cariz familiar e, dum passado recente, resultado de incentivos à inovação. Produto dos nossos dias, *spin-off* das universidades, *startups* ou qualquer outro termos que se venha a encontrar nos anos vindouros com o objectivo de designar o resultado “material” duma iniciativa empresarial. Perdão: empreendedora.

São para este ensaio de interesse as *spin-off* das universidades, onde em muitos casos

representam o escape possível, arriscando mesmo dizer que único, para o conhecimento/tecnologia que estas instituições não conseguem exportar.

Sem dúvida centros de investigação de excelência, equipadas com tecnologia de topo ao nível dos recursos financeiros e do capital intelectual que encerram em si.

Publicações em revistas de especialidade, artigos científicos, mas sempre que viável, não sem antes patentear.

A partir daqui o conhecimento produzido, a evolução, o saber ficam trancados por um cadeado que apenas será aberto por aquele, empresa ou individual, com capacidade financeira para adquirir uma licença de exploração da patente ou, em raros casos, a sua titularidade.

As universidades produzem o conhecimento, protegem-no mas não progridem para além daqui no processo de criação de negócio. A exploração comercial que é feita assenta na tendência de licenciamento das patentes. Compete-lhes portanto fazer marketing sobre o seu portefólio de patentes, na esperança de encontrar interesse por parte da indústria.

Por seu lado a indústria entende que o acesso ao conhecimento produzido no meio académico deve ser de livre acesso, uma vez que resulta de investimento governamental em bolsas de investigação e realizado nos laboratórios das universidades públicas.

Talvez seja este o principal motivo pelo qual a indústria se tem mantido afastada do meio académico, tendo relegado exclusivamente para matéria de escrito académico, conhecimento e tecnologia que poderiam ter representado sucessos comerciais, caso o custo de exploração não fosse uma barreira à entrada.

Nesta relação é importante perceber até onde se tem levado o conhecimento gerado nas universidades e perceber qual a aplicabilidade comercial do mesmo. O objectivo da reflexão é perceber se este modelo de protecção é efectivamente potenciador de transferência de tecnologia e uma opção para empreender neste país.

Vejamos um paralelo onde a comunidade (e entenda-se por comunidade qualquer indivíduo) “pode copiar e distribuir cópias fiéis”, podendo ainda “cobrar pelo acto físico de transferir uma cópia e pode, opcionalmente, oferecer garantias em troca de pagamento” (Licença Pública Geral GNU). Para tal, analisemos um caso de sucesso: a plataforma Eclipse, disponibilizada inicialmente pela IBM onde actualmente empresas concorrentes cooperaram, empenhadas na criação de valor a partir de uma rede de inovação.

O que tem esta comunidade de diferente? Para Tim O'Reilly, fundador da O'Reilly Media, a arquitectura de participação, que assenta sobre três pilares: abertura, transparência e meritocracia.

As soluções de código aberto, como é o caso da plataforma Eclipse, permitem reduzir o *time to market*, aumentar a taxa de adopção de standards e redução do risco, mas o mais interessante é que ainda há espaço para a concorrência. Como?

Do ponto de vista do marketing, os vários fabricantes concorrem no produto efectivo e aumentado, sendo a plataforma o produto central. Desta forma há apenas dois objectivos: criação e captação de valor.

O paralelismo do movimento software livre (open source) e o modelo de negócio assente em patentes praticado pelas universidades está precisamente nestes objectivos. É pelo menos isso que a indústria espera do meio académico: um “produto” central (conhecimento) de qualidade superior, a partir do qual se possa gerar negócio.

Neste modelo o retorno será natural: quanto mais a indústria conseguir entregar aos consumidores, maior necessidade terá de recorrer aos centros de investigação das universidades como forma de inovar nos seus produtos/serviços.

Works Cited

- Wikipedia contributors. "Patent." *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. Wikipedia, The Free Encyclopedia, 21 Jun. 2011. Web. 24 Jun. 2011.
- Eclipse Open Innovation Networks, *Eclipse Foundation*, September 12, 2007,